

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h30min, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Canoas, realizou-se reunião da Comissão de Educação, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão e de representantes da AMAC – Associação dos Municípios Aposentados de Canoas, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 29/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Na abertura dos trabalhos, a representante da AMAC, Sra. Neka, agradeceu a disponibilidade da Comissão para o diálogo e informou que a entidade possui preocupações em relação ao Projeto de Lei nº 29/2026. Relatou que já havia tratado do tema com representante do Poder Executivo, porém permanecem dúvidas quanto ao alcance das medidas previstas no projeto.

A representante questionou qual seria o plano de redução mencionado na proposta, quais áreas seriam abrangidas e onde estariam especificadas as medidas que efetivamente serão adotadas. Salientou que a entidade deseja conhecer quais serão as três medidas a serem implementadas, destacando a preocupação de que nenhuma delas afete o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Ainda, recordou discussões anteriores envolvendo os Projetos de Lei nº 08/2021 e nº 14/2025, ressaltando que, quando da aprovação deste último, houve alívio para as contas públicas, mas que o atual projeto não apresenta clareza suficiente quanto às medidas pretendidas. Também mencionou alterações ocorridas na contribuição patronal, que anteriormente incidia sobre dois salários mínimos e, posteriormente, passou a incidir sobre o teto previdenciário, reforçando o pedido para que a proposta seja mais clara e detalhada.

Na sequência, o Vereador Alexandre Gonçalves, Presidente da Comissão, destacou que existem dúvidas técnicas acerca do projeto e que não há qualquer autorização irrestrita ("cheque em branco") ao Poder Executivo, uma vez que todas as medidas que vierem a ser adotadas dependerão de aprovação da Câmara Municipal. Esclareceu que, dentre as oito possibilidades previstas, o Executivo deverá optar por três, as quais deverão ser encaminhadas ao Legislativo para apreciação e votação.

Retomando a palavra, a Sra. Neka reiterou o pedido para que as medidas previstas no projeto sejam apresentadas com maior clareza.

O Vereador Patrício esclareceu que a vigência da adesão ao programa estende-se até o término do mandato do atual Chefe do Poder Executivo e que, neste momento, solicita-se à Câmara apenas a autorização para adesão ao plano.

Em nova manifestação, a Sra. Neka afirmou que a previsão de medidas voltadas ao equilíbrio financeiro poderia autorizar intervenções em recursos da administração direta e indireta, demonstrando preocupação com eventual utilização de recursos do CanoasPrev, que atualmente apresenta superávit. Informou também que existe atraso parcial nos repasses à FACEM, sendo que os repasses integrais não ocorrem há aproximadamente um ano.



Na sequência, a Sra. Neuza manifestou preocupação quanto às medidas relacionadas ao equilíbrio fiscal e à ausência de diálogo durante a elaboração do projeto. Ressaltou que é necessário valorizar e estimular os professores, e não promover medidas que possam desmotivá-los. Também questionou quais providências seriam adotadas caso estudos financeiros futuros, eventualmente apresentados pela Administração Municipal, apontem para a previdência municipal como maior despesa das contas municipais.

Como encaminhamento da reunião, o Vereador Alexandre Gonçalves propôs que sejam solicitadas ao Poder Executivo informações especificando quais serão as três medidas escolhidas dentre as oito possibilidades previstas no Projeto de Lei nº 29/2026, bem como a confirmação de que tais medidas dependerão de aprovação pela Câmara Municipal.

Por fim, o Vereador Patrício contextualizou que o Município ainda enfrenta os impactos financeiros decorrentes da tragédia climática ocorrida em maio, destacando que os recursos destinados pelo Governo Federal para reconstrução exigem a contratação de financiamentos de longo prazo, com taxas de juros mais reduzidas, motivo pelo qual o projeto busca autorizar tais operações.

Encerrando sua manifestação, a Sra. Neka defendeu a busca por outras medidas como forma de contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Sem mais, encerra-se a reunião

Vereador Alexandre Gonçalves

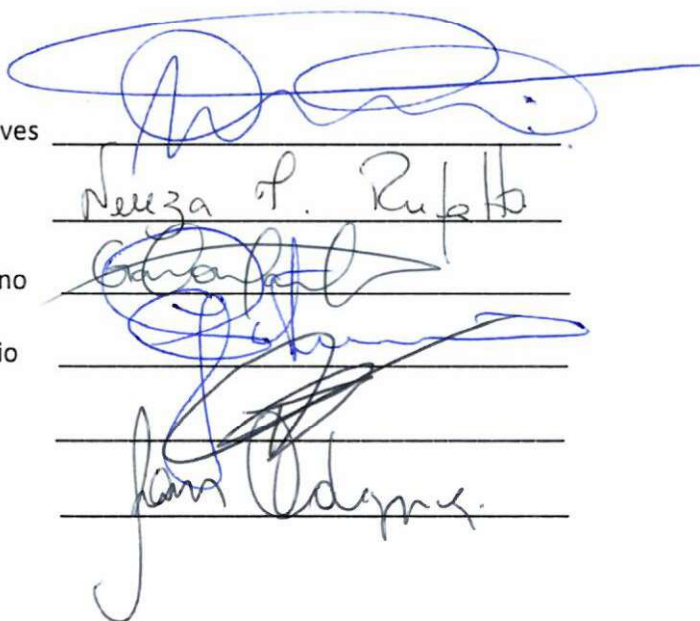
Vereadora Neuza Rufatto

Vereador Gabriel Constantino

Vereador José Carlos Patrício

Vereador Rodrigo D'Ávila

Vereador Jonas Dalagna



The block contains six handwritten signatures in blue ink, each corresponding to a council member listed on the left. The signatures are written over horizontal lines. The first signature is for Alexandre Gonçalves, the second for Neuza Rufatto, the third for Gabriel Constantino, the fourth for José Carlos Patrício, the fifth for Rodrigo D'Ávila, and the sixth for Jonas Dalagna.